

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011871-22.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**
Requerente: **ROSEMEIRE MATTOS DOS SANTOS**
Requerido: **MERCANTIL DO BRASIL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que o réu lhe cobrou anuidade em face de cartão de crédito que mantém junto a ele.

Alegou ainda que não concordando com tal cobrança diligenciou junto ao réu a o cancelamento do contrato o que foi feito, mas não teve êxito na devolução do valor que pagou a título de anuidade.

Requer portanto devolução dos valores pagos a esse título.

O exame dos autos apontam que a autora efetuou contrato de abertura de conta corrente para recebimento de benefício do INSS contratando também emissão de um cartão de crédito.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Foi o que realmente demonstrou o réu na contestação que apresentou.

Os contratos apresentados estão devidamente assinados pela autora o que faz com que se presuma que tenham sido regularmente celebrados.

Não detecto a partir daí a presença de abusividade manifesta ou desequilíbrio contratual, e sim a licitude do pactuado, tendo em vista a previsão da cobrança de tarifas de anuidade.

Rejeita-se por consequência também o pleito de indenização por danos morais.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 28 de março de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA